

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2943635320201223154310

Processo 0803817-95.2020.8.23.0010 ☆ - (321 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Advogado NPJ

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

56 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 56

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div>	56	23/12/2020 15:43:10	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTRA-RAZÕES</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (16/12/2020)</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div>56.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA</div><div>FILHO</div><div>2695109CONTRARRAZOESDERECURSO01.pdf</div><div>Público</div></div>			
	55	21/12/2020 09:34:18	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 21/01/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (16/12/2020) e ao evento de expedição seq. 54.</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
	54	17/12/2020 14:23:46	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 53) JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (16/12/2020)</div> <div>EGILAINE SILVA DE CARVALHO</div> <div>Analista Judiciária</div>
<div><div></div></div>	53	16/12/2020 23:12:21	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020)</div> <div>Thiago Amorim Dos Santos</div> <div>Advogado</div>
	52	10/12/2020 00:02:03	<div>DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A</div> <div>(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 47) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 48.</div> <div>SISTEMA CNJ</div>
	51	23/11/2020 00:02:26	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de ANA NERIS DA SILVA OLIVEIRA) em 23/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 47) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 49.</div> <div>SISTEMA CNJ</div>
	50	13/11/2020 10:21:38	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 13/11/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 47) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020) e ao evento de expedição seq. 48.</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
	49	12/11/2020 11:20:50	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de ANA NERIS DA SILVA OLIVEIRA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 47) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020)</div> <div>Thiago Pacheco Pires dos Santos</div> <div>Analista Judiciário</div>
	48	12/11/2020 11:20:50	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 47) JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO (09/11/2020)</div> <div>Thiago Pacheco Pires dos Santos</div> <div>Analista Judiciário</div>
<div><div></div></div>	47	09/11/2020 12:01:00	<div>JULGADA IMPROCEDENTE A AÇÃO</div> <div>DANIEL DAMASCENO AMORIM DOUGLAS</div> <div>Magistrado</div>
	46	01/10/2020 17:45:38	<div>CONCLUSOS PARA DECISÃO</div> <div>Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS</div> <div>GEORGIA NAIADE ELUAN PERONICO</div> <div>Analista Judiciária</div>
<div><div></div></div>	45	25/09/2020 11:59:57	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (24/08/2020)</div> <div>Thiago Amorim Dos Santos</div> <div>Advogado</div>
	44	04/09/2020 00:00:51	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de ANA NERIS DA SILVA OLIVEIRA) em 03/09/2020</div> <div>SISTEMA CNJ</div>



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

PROCESSO: 08038179520208230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA NERIS DA SILVA OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,  
Pede Juntada.

BOA VISTA, 22 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**

OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI

101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08038179520208230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ANA NERIS DA SILVA OLIVEIRA

CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

**DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA**

Trata-se de ação proposta visando o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT, em que o Apelante sustenta ter sofrido acidente automobilístico que resultou sua invalidez permanente.

Desta forma, ajuizou a presente demanda com o fito de receber a integralidade do prêmio do DPVAT, sem que fizesse prova de sua invalidez total.

Todavia, o Juízo monocrático, corretamente, acabou por julgar improcedente o pedido do apelante.

*Data máxima vênia*, não pode a r. sentença ser reformada, vez que em conformidade com os ditames legais e a jurisprudência dominante, como se passa a demonstrar.

**DA AUSENCIA DE INVALIDEZ**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, conforme o LAUDO JUDICIAL produzido:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas da fase aguda do trauma.

*Base legal - Amarelo pseudocartão negro após tentativa de tratamento conservador com giro*  
III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☒ Sim ☐ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

*Sim, deve-se fazer por procedimentos cirúrgicos de osteotomias de unhas deite.*

Cabe ressaltar que não pode a parte Apelada pretender receber a integralidade da indenização decorrente do Seguro DPVAT se não comprovar estar total e permanentemente inválido, bem como a existência de nexo de causalidade entre a invalidez e o sinistro noticiado.

Cumpra ressaltar que **DEBILIDADES** não se equiparam a **INVALIDEZ PERMANENTE**, não havendo que se falar em condenação por invalidez total.

Em continuidade, tem-se que o entendimento pacificado prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esta Corte.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da apelante se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, **sem ter restado inválida**, conforme ficou comprovado através da perícia judicial.

Pelo exposto, requer seja mantida a r. sentença acolhendo a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Apelante recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

*“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Apelante deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Apelante poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

**Frisa-se que a parte Apelante não trouxe aos autos qualquer documento hábil a ilidir o pagamento administrativo, de modo a oportunizar o pagamento de saldo remanescente.**

Desta forma, certo é que a Apelada limitou-se a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, correspondente à monta de **R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).**

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

**Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 22 de dezembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**